

Construção de políticas públicas: comunidade, governo do estado e extensão da UFRJ

Autores: Sandra Mayrink Veiga (Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade)

Resumo

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre o processo de elaboração e articulação para a implementação de uma política pública a partir de uma tentativa de parceria entre o Soltec – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o governo do estado do Rio de Janeiro através da vice-governadoria e das secretarias de obras e de habitação, junto com o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Vila Paciência. A sua finalidade é a construção de casas populares com geração de trabalho e renda através de empreendimentos autogestionários e formação de mão-de-obra e, ainda, a organização política autônoma da comunidade de Vila Paciência, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Aborda os entraves e visões divergentes na organização de padrões de desenvolvimento socialmente mais inclusivos e justos que acabam determinando limites para a gestação de uma nova economia e mesmo para a formatação de uma política pública mais inovadora e inclusiva de contingentes que se encontram à margem da sociedade. Do ponto de vista da Universidade discute os impactos de um projeto de extensão, ensino e pesquisa junto aos alunos e seus resultados em termos de publicações e desenvolvimento de novos conhecimentos.

Palavras-chave: Política pública; Economia solidária; Extensão universitária.

1. Introdução

Núbia França é aluna da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista do convênio celebrado entre a UFRJ e a Secretaria Estadual de Ação Social para o desenvolvimento de atividades na Casa da Paz (atual Centro de Referência da Juventude) de Vila Paciência. Após ir visitar pela primeira vez a comunidade, escreveu o seguinte: *“O contato inicial, sem caracterizar uma visita técnica, foi uma maneira interessante de perceber o espaço. Particularmente, a sensação inevitável de entrar numa espécie de laboratório de pesquisa é muito ruim. Mas espero que com a frequência das visitas, sejamos recebidos com menos expectativas e com menos grau de diferenciação. Que sejamos cidadãos colaborando com outros, simplesmente.*

A situação precária é tamanha que ultrapassa os problemas físicos de estrutura para levantar hipóteses, a meu ver, ainda mais graves: como deve ser morar tão próximo a tantas pessoas? Que graus de intimidade se perdem e como isso tem afetado essas pessoas? Que significados tem a moradia para eles? Acredito que devemos considerar essas questões, seja através da percepção acurada ou das conversas e trocas com os moradores e as outras partes envolvidas no processo.

Já tinha sido esclarecida sobre a situação da Vila antes, mas não esperava me impressionar tanto. É gente demais reduzida a espaço e cuidado de menos. O som que se ouve por toda a rua, a permanência insistente das pessoas fora de casa, as crianças que se envolvem na música e brincam entre elas pelo mesmo espaço. Algumas pessoas cozinham na porta e sentam sobre sofás na calçada. É quase como se as pessoas entrassem para dormir, mas morassem fora de casa.”

Vila Paciência, está localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, também é conhecida como Favela do Aço, cuja formação se deu a partir de 1967, para abrigar uma parcela das pessoas afetadas por uma grande enchente. Em 1975, 40,7% de seus moradores provinham de diversos bairros dos subúrbios afetados pela chuva: Bonsucesso, Ramos, Mangueiros, Jacarezinho e Vigário Geral. O restante dos seus moradores era composto por pessoas removidas de diversas favelas da zona sul do Rio de Janeiro fruto da política do governo de Carlos Lacerda. Uma boa parcela das pessoas de Vila Paciência sofreu o processo de remoção mais polêmico realizado pelo estado do Rio de Janeiro, na Favela da Praia do Pinto, que ocupava um local nobre na cidade do Rio de Janeiro, onde hoje se localiza o condomínio de classe média alta Selva de Pedra nas redondezas da Lagoa Rodrigo de

Freitas. O processo de remoção foi “agilizado” por um incêndio que destruiu centenas de barracos. Muitos moradores denunciam ter sido o incêndio criminosamente arquitetado pelo Estado, fato que ganha sustentação quando relatam que o corpo de bombeiros negou-se a atender às suas chamadas.

Segundo o diagnóstico realizado pelo Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS, a comunidade contava em 2002 com cerca de 8000 habitantes. Nessa comunidade podemos observar alguns dos resultados da política de remoção de favelas realizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70. As casas provisórias, construídas para triagem de pessoas removidas há 40 anos, ainda são as mesmas e possuem 15 m², são geminadas, sem divisões internas, formam o que os moradores chamam de “vagões”. Os vagões têm uma distância de aproximadamente 2m entre si por onde passa a tubulação de esgoto que leva os detritos para mais adiante onde se abre a céu aberto. E, mesmo assim, essa tubulação está deteriorada em decorrência da falta de manutenção, o aumento populacional, pelas raízes das árvores que cresceram, além da falta de tampa dos bueiros geralmente ocasionada por roubo para comercialização, o que gera contaminação na água das casas, pois quando chove e há refluxo a água se mistura com o esgoto trazendo sérios riscos à saúde da comunidade. Os moradores na sua grande maioria mostram problemas na pele. Há uma grande incidência de pessoas com AIDS, 40% das crianças já foram mordidas por ratos e o índice de alcoolismo é alto. O Índice de Desenvolvimento Humano de Vila Paciência é de 0,558. Se colocarmos a comunidade de Vila Paciência em uma tabela de IDH de países ela fica próxima a Comores e Botswana.

Vila Paciência ainda conta com um outro espaço que contém casas um pouco maiores, denominado conjunto “dialta” pelos moradores que até hoje ainda não têm a titulação da propriedade.

A dificuldade de conseguir acesso à educação e trabalho em Vila Paciência é agravada pelo conflito existente com as comunidades vizinhas que são comandadas por uma facção rival à de Vila Paciência. Esse é um dos motivos para que não passe nenhuma linha de ônibus na comunidade, mas o mais grave é, o que também impossibilita que os seus moradores, principalmente os jovens de sexo masculino, possam se deslocar até a comunidade vizinha para poder estudar. Hoje, o transporte é realizado apenas por vans e custa R\$16,00 para ir e voltar ao centro do Rio de Janeiro. A situação de desemprego é alarmante, bem como o grau de escolaridade da maioria dos moradores e a falta de capacitação profissional. Aqui o cenário construído por Luiz Fridman se aplica: *“Uma boa parte daqueles que Marx chamou de exército industrial de reserva não tem mais entrada na economia formal. São contingentes que vagueiam pelo mundo forçando as fronteiras dos países ricos, explodindo em violência nas grandes metrópoles ou “atrapalhando” os planos de desenvolvimento do Banco Mundial e do FMI ao figurarem como vetores incômodos na composição dos “índices de estabilidade” que medem expectativas de investimento.”* (FRIDMAN, 2000).

2. Problema de Pesquisa e Objetivo

Em 2005, o Soltec foi convidado pelo Centro de Promoção de Saúde, para dar uma assessoria na implantação de uma cozinha industrial para produção de biscoitos nutritivos em Vila Paciência. E até o início de 2007 o projeto consistiu nesse apoio e capacitação para a implantação de uma Cozinha Comunitária nos moldes da Economia Solidária. A cozinha foi implantada e o grupo formado.

No entanto, decorrido um ano o grupo não se manteve por diversas razões, entre as quais: dificuldade de comercialização do produto já que a comunidade não tinha dinheiro para comprar o biscoito, as mulheres não saíam para vender fora dali e não diversificaram a produção.

O Soltec no seu seminário de planejamento estratégico se questionou sobre o seu papel e missão enquanto Núcleo da UFRJ e concluiu que enquanto universidade pública sua missão era: contribuir com a formulação e implantação de políticas públicas com tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável, bem como o desenvolvimento da cidadania e o cumprimento dos direitos humanos sociais, econômicos, culturais e ambientais. E fortalecer a universidade, sobretudo a extensão, para uma formação cidadã dos estudantes com pesquisa e ensino de qualidade voltadas para os interesses da população e superação das desigualdades.

O problema agora era como trabalhar estas resoluções no cenário existente em Vila Paciência? Como pensar uma política pública que envolvesse, por um lado, os conhecimentos que a Universidade detém, enquanto também fizesse com que o trabalho dos alunos, principalmente da graduação, pudesse servi- lhes de um aprendizado rico e, ao mesmo tempo, servisse de campo de pesquisa em que tanto os educadores se educassem quanto os moradores pudessem adquirir um conhecimento crítico? E, por outro lado, contribuísse para uma reflexão e ação inovadoras por parte da universidade e do Estado indo na contra-mão da política predatória ambientalmente e de visão eleitoreira assistencialista que tem sido a prática dos governantes do estado do Rio de Janeiro e do município nos últimos 16 anos (Garotinho, Rosinha, Benedita no estado e César Maia, Conde e mais 8 anos de Casar Maia na prefeitura) o que gerou uma cultura de “pouca farinha, meu pirão primeiro” e de desmobilização e apatia por parte dos mais excluídos que só se mobilizam quando vêem uma possibilidade de ganho imediato e onde o trabalho está perdendo importância enquanto meio para se levar a vida com dignidade? E, ainda como fazer tudo isso dentro de uma visão de construção de uma estratégia socialista concordando com Paul Singer quando disse que: *“Uma estratégia socialista de reformas progressivas não significa que ilhas de socialismo virão a ser instaladas em um oceano capitalista. Significa, porém, a conquista de poderes operários e populares, a criação de centros de gestão social e de democracia direta (sobretudo nas grandes empresas industriais e nas cooperativas de produção); a conquista de posições de força nas assembleias representativas; a retirada do mercado de produções e de serviços que correspondem a necessidades coletivas, com a inevitável consequência de intensificação e de aprofundamento do antagonismo entre a lógica da produção social, segundo as necessidades e aspirações dos homens, e a lógica da acumulação capitalista e do poder patronal”*. (SINGER, 1998)

Como fazer um processo participativo com decisões tomadas a partir de reuniões amplas e democráticas que pudesse conformar uma política pública e que, ao mesmo tempo, incorporasse interesses tão diferentes em um universo de aproximadamente 10.000 moradores, pesquisadores da Universidade, funcionários das secretarias, representantes eleitos do governo como o vice governador e assessores, além dos representantes locais das diferentes ONGs e entidades como a escola e a creche, tudo isso sob o olhar do tráfico e seus interesses além dos eventuais conflitos armados com mortes entre as diferentes facções e também com a polícia e as milícias? Qual metodologia seria mais adequada? E a partir de qual ou quais pressupostos?. Ficamos nos perguntando junto com Fridman: *“A nova ordem – que é muito mais uma nova desordem – tem fontes de poder diversificados que se multiplicam na economia, na tecnologia, na política e na cultura. Esse processo complexo, que não apresenta um centro emanador de todas as suas tendências e diretivas, tem consequências sobre a ética cotidiana na vida privada e no espaço público. Daí se segue a indagação: as novas condições favorecem ou obstaculizam os vínculos de solidariedade nas sociedades contemporâneas?”* (FRIDMAN, 2000).

Referencial Teórico

Visitamos diversos autores e começamos a ver que se olharmos o processo histórico do período que vai desde o renascimento comercial até a revolução industrial, verificaremos que a constituição do modo de produção capitalista se deu por meio de uma “revolução social” descontínua, porém ininterrupta, que atravessou os diferentes territórios da Europa Ocidental. Não foi um processo linear e determinista, deu-se pela força de transformações no espaço imediato da produção e reprodução da riqueza. Surgiu de dentro da velha divisão social e técnica do trabalho, de dentro *“dos conflitos sociais e das pressões sobre a estrutura produtiva, se alimentou das classes que se afirmavam com vocação hegemônica, e da superação dos condicionamentos organizacionais e jurídicos existentes”* (CUNCA, 2002).

Foi a crescente capacidade organizacional e o senso de oportunidade de crescer em atividades que, por serem consideradas marginais pelos interesses estabelecidos, não estavam na sua mira, abriram ao segmento emergente burguês e sua poderosa subjetividade – que conseguiu

atravessar o sistema de classes – a possibilidade e aprofundamento do processo capitalista de acumulação de riquezas. É disso que Paul Singer fala quando diz que o “*capitalismo se desenvolveu nos interstícios do velho sistema*”. (SINGER, 1998)

Pudemos verificar através do estudo dos processos históricos de transição que uma revolução social necessita de valores, classes que se afirmem com vocação hegemônica, e da superação dos condicionamentos organizacionais e jurídicos existentes; uma formulação consciente e uma práxis que viabilize um projeto centrado em três dimensões: Estado/democracia participativa e pluralista, autonomia organizativa dos trabalhadores e projeto de sociedade igualitária. Historicamente, dá-se nas tentativas de ampliação e radicalização de qualquer destas três dimensões. Perguntamo-nos se um grupo da extensão queria e/ou poderia contribuir com um projeto deste tipo.

Sabemos que a incerteza da vida causa transtornos nas psiques dos indivíduos. Não é à toa que o suicídio é a terceira causa de morte no mundo segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde. Por vezes ao lermos o noticiário e vemos na televisão as notícias no mundo achamos até que a política não tem mais sentido ou nos perguntamos qual o sentido da política. Será que Clausewitz tinha razão quando disse que a guerra nada mais seria do que a continuação da política por outros meios? Hannah Arendt perplexa frente à crise mundial, às guerras e à posterior corrida armamentista se perguntava e dizia “*se as condições sob as quais vivemos e temos que viver, quase dão a entender no mínimo que a palavra de Kant — segundo a qual durante a guerra não deve acontecer nada que torne impossível uma paz posterior — também se inverteu e vivemos numa paz na qual tudo pode acontecer para tornar perfeitamente possível uma guerra*”. Na periferia do mundo capitalista, aonde não se chegou a viver sequer o Estado do Bem-estar Social, a crise causada pelos novos ventos do sistema só agravou a situação e a sensação da guerra a qualquer momento pode ser percebida nas grandes cidades. Em Vila Paciência isto é sentido à flor da pele e suas conseqüências estão visíveis aos olhos de quem queira ver.

Hoje os países crescem outra vez, mas apesar de estarmos gerando trabalho percebemos que as fórmulas clássicas de correção da desigualdade são insuficientes. A questão é de opção ideológica, pois todos sabem que o crescimento da economia não gerará os empregos necessários e que os mecanismos redistributivos que têm sido utilizados pelo Estado são ineficientes para fazer frente à enorme concentração de renda no país.

A sociedade do trabalho como tal já não ordena o conjunto da vida social. Os valores com base no individualismo e consumismo estão levando o planeta ao colapso. A bibliografia e as pesquisas a respeito são vastas. Há um alerta geral por parte de várias entidades ambientalistas, diferentes cientistas das universidades e autores sobre a necessidade de refundarmos os nossos valores, mudar nossos hábitos, mudar a vida, mudar a política e a maneira de fazer e operar a política, pois apesar do modo de produção capitalista ter durante séculos propiciado formas mais abrangentes de produzir e de viver, ele agora não incluirá mais os contingentes populacionais e a degradação ambiental planetária tem um ritmo nunca visto. Apesar de tudo isso o vigor do capitalismo não se esgotou, pois seu *modus operandi* não se baseia na felicidade e no bem-estar da humanidade, mas tão apenas no lucro e se alimenta macabramente da guerra, da crise, da escassez e da destruição e, ainda, segundo Negri, age pela corrupção.

É no próprio mercado e no espaço mundial que temos que construir o novo modo de vida. As tecnologias de comunicação e da cibernética precisam se espalhar estabelecendo novos vínculos na subjetividade, recriando o mundo do trabalho em outras bases. Precisamos estar com os pés no mundo, mas isso não significa abrir mão de fincar raízes profundas dessa nova vida no local e no nacional. Aliás, sempre será necessário ter a dimensão do território local que, por sinal, a cada dia se fragmenta mais. O mais difícil na construção desse novo mundo será demonstrar e discutir com as populações a necessidade dessa nova vida; será a construção de um enorme potencial de subjetividade que desafie o todo dessa racionalidade do sistema hegemônico. Daí a

importância da informação, da comunicação, da formação pela via da educação popular de novo tipo, estreitamente vinculada à cultura, nessa crise civilizatória de escala mundial.

Sabemos que uma outra política, uma alternativa, não surge simplesmente dos sonhos e da força daqueles que ocupam o poder. Ao contrário, ela só surge de baixo para cima, dos sonhos e experiências práticas da população, dos intelectuais orgânicos, da sociedade civil organizada para assim ter lastro social. O problema repousa exatamente no fato de que em Vila Paciência - enquanto um micro cosmo do Brasil - esta base social é frágil, encontra-se dilacerada, fragmentada, não há lideranças.

Antes pensávamos que o ator principal para que a ação social se espraiasse e ganhasse contornos de movimento de massa era a classe operária. No entanto, apesar da classe operária não ter ido ao paraíso, aqueles que permaneceram nos seus postos de trabalho passaram a fazer parte da classe média baixa e da classe média e abriram mão de, através dos seus sindicatos, lutarem pela extensão dos seus direitos conquistados durante anos de luta para o restante dos trabalhadores que passaram a integrar essa nova categoria social do “precarizado”. E se for verdade que a grande transformação necessita de um ator coletivo impulsionador, este hoje se encontra nos desempregados, os precarizados, nos jovens sem perspectiva que pensam que são poderosos quando têm um fuzil na mão, os camelôs, as meninas e meninos na beira das estradas e das ruas junto com os intelectuais orgânicos e organizações e movimentos sociais. A pergunta que não cala é: como se tornarão agentes das mudanças necessárias? Como formar as forças de sustentação social e política de um novo modo de vida? Será que os novos atores oriundos do movimento de Economia Solidária terão papel preponderante nessa caminhada em direção a uma economia e organização do trabalho? Como as ações dos movimentos sociais e da sociedade civil poderão contribuir para a construção deste outro mundo e ao mesmo tempo enfraquecer as forças do sistema dominante? Como construir uma nova vida a partir daí?

Os movimentos sociais de antes se desorganizaram e, os de agora, ainda não ganharam a devida força para se imporem na mídia e na vida. Por onde começar em um território que é praticamente um depósito de gente, de egressos do sistema penitenciário e de presos fugitivos, de pessoas com muitas histórias de vida, mas que se encontram quebradas, alquebradas, abatidas, descrentes da política? O desmantelamento da tradição e os efeitos das grandes forças que tornaram o mundo fora de controle mexeram com as bases psíquicas anteriormente orientadas por referências duradouras. Nosso *Lebenswelt*, o mundo da vida, na expressão de Habermas, ficou de pernas para o ar. “*Enquanto o capital flui livremente, a política permanece enredada e fragmentada: a globalização retirou o poder da política, pois parece que a arena das decisões está em um espaço impalpável ...* Essa ordem que privatizou os meios de garantir e assegurar a liberdade individual é a mesma que produz a pobreza em massa, a superfluidade social e o “medo ambiente”, expressão cunhada por Marcus Doel e David Clarke em *Street wars, politics and the city*”. (FRIDMAN, 2000)

Metodologia

No Soltec a dialogicidade é método articulador do saber técnico e tácito, portanto, seu desenvolvimento metodológico é pautado na comunicação entre a Universidade e seus parceiros e entre os diversos projetos do Programa, proporcionando o intercâmbio das diferentes experiências.

O desenvolvimento metodológico é um princípio de busca permanente para o Soltec, pois cada projeto necessita de adequações e reflexões sobre a metodologia a ser usada. Por isso procura manter um constante desenvolvimento metodológico e, para tanto, promove oficinas, debates, seminários bem como o ENEDS, para qualificar cada vez mais a sua prática bem como o desenvolvimento e adequação de tecnologias voltadas para o ecodesenvolvimento do país.

O Soltec já acumulou uma experiência sólida na metodologia de pesquisa-ação bem como para a formação de cooperativas dentro dos pressupostos da Economia Solidária. Este projeto abre a

possibilidade do Soltec e seus parceiros desenvolverem uma metodologia para a formação de uma política pública de construção de habitações populares com desenvolvimento local, formação da mão-de-obra para autoconstrução, bem como viabilidade de pequenas cooperativas para produção de partes da própria casa (blocos para piso, esquadrias de metal etc.) abrindo a possibilidade de geração de trabalho e renda após o término das obras.

Até agora a metodologia usada é a participativa onde se procura debater as questões pertinentes no Comitê de Vila Paciência que é o espaço deliberativo e de encaminhamento, mas que ainda é muito frágil e se mobiliza em torno de interesses imediatistas bastando que as ações necessárias comecem a demorar para que se esvazie. Este será um processo demorado que demanda o que Paulo Freire chamou de “paciência pedagógica” onde o educador também terá que ser educado constantemente

Objetivo

O novo projeto para Vila Paciência que teve início em fevereiro de 2007, é o da configuração e execução de política pública de habitação popular com a construção de 450 casas novas utilizando o projeto da Casa 1.0 ganhador do concurso interno realizado entre os alunos da arquitetura da UFRJ. Bem como a titulação, regulamentação e reforma das casas do conjunto habitacional “Dialta”. O Soltec, além de acompanhar o projeto urbanístico a ser realizado pelo Estado, ficaria responsável pela geração de trabalho e renda, o estudo de viabilidade econômica para a construção de unidades produtivas permanentes voltadas para a construção civil e a formação profissional já que o canteiro de obra deverá se transformar em uma escola de ofícios. O Soltec ainda retomaria, em parceria com a pastoral, a cozinha industrial que passaria a produzir, através de uma unidade simples de trabalho coletivo e solidário no regime de autogestão, as refeições do canteiro de obras e, ao mesmo tempo, desenvolveria o estudo de um produto para, depois da obra concluída, estar entrando no mercado e sustentando aquele grupo de produção de alimentos.

Fazem parte do projeto várias linhas de ação quanto à educação e capacitação dos atores locais bem como a sua organização política em um Comitê de Desenvolvimento Sustentável que já começou a funcionar e é uma estrutura horizontalizada onde, dependendo do assunto, um grupo assume a liderança, em outro, será um grupo diferente.



Análise dos resultados

Começaremos enumerando as metas para, em seguida, listar os resultados e fazer uma avaliação preliminar. O primeiro passo era formar a equipe do Soltec que ficaria responsável por este projeto para, em seguida, se debater quais seriam os saberes multidisciplinares mais necessários e possíveis de serem articulados por dentro da UFRJ. Isso foi feito e depois de batermos cabeça a procura de parceiros dentro da UFRJ chegamos ao Grupo de Produção Integrada/UFRJ e encontramos ressonância. Fizemos diversas reuniões. O GPI montou um grupo com vários estudantes e professores junto ao nosso grupo do Soltec. Seu coordenador, Professor Heitor Caulliraux foi a 2

reuniões no governo do Estado. Fizemos uma reunião grande e qualificada com os professores, o coordenador do Soltec Professor Sidney Lianza, o Professor Heitor e um representante da Caixa Econômica, Sr. Paulo Magalhães. Resolvemos ir até a Caixa ver a possibilidade de recursos para a construção das casas. A pró reitora da Extensão Professora Laura Tavares e mais os

representantes do Soltec agendaram e compareceram à reunião na Caixa onde nos foi dito pelo Superintendente Sr. Domingos que a Caixa poderia disponibilizar até R\$14.000,00 por casa no programa de fundo perdido já que as pessoas de Vila Paciência tinham uma renda familiar inferior a R\$300,00, mas que o primeiro passo seria o projeto e que para o projeto não havia verba. Após um tempo, o GPI definiu que estávamos diante de um nó lógico, ou seja, não fazíamos o projeto urbanístico porque não tínhamos dinheiro e não conseguíamos dinheiro porque não tínhamos o projeto urbanístico. Até parecia o problema colocado pela propaganda dos biscoitos Tostines.

O Soltec continuou conversando com o governo do Estado e finalmente a planta da área foi localizada após 5 meses de demora. Quando tivemos acesso à planta tiramos uma cópia e entregamos a uma moradora para ser guardada em numa reunião do Comitê.

Uma das metas era dar início ao incremento de uma metodologia para o desenvolvimento de políticas públicas em uma parceria governo do Estado, UFRJ e a comunidade de Vila Paciência através de seu Comitê. Esse é um processo contínuo cujo final dará resultado ou não, de qualquer maneira todo o processo esta sendo sistematizado.

Outra meta era a organização da comunidade para a cidadania e reivindicação de seus direitos sociais; econômicos, culturais e ambientais. Como já foi dito acima, o Comitê é esta sanfona que se encolhe ou expande dependendo do interesse dos moradores, não há ainda nenhuma consciência política da necessidade de organização para poderem reivindicar seus direitos. O melhor resultado foi quando se formou uma comissão para ir ao sub secretário de Ação Social do Estado o Sr. Sergio Andréa a partir de uma discussão sobre a Casa da Paz que tem 800 metros quadrados e que nunca fora sequer inaugurada. Depois de agendar a reunião acompanhamos a comissão que colocou as reivindicações da comunidade relativas ao funcionamento da Casa da Paz. Aproximadamente um mês depois o sub secretário foi a Vila Paciência e se comprometeu de publico no Comitê de que a Casa seria aberta. A comissão que havia ido à Secretaria veio dizer que se sentiu muito bem com essa experiência até porque havia sido bem sucedida no entender deles, já que o sub secretário estava ali e se comprometendo de público.

Finalmente foi feita a reforma da Casa que agora esta sendo equipada e deve ser inaugurada na semana que vem. Um dos cursos será de informática ministrado pelo LIPE – Laboratório de Informática para Educação/UFRJ. A Secretaria Estadual de Ação Social firmou convênio com a UFRJ para a implantação de uma política de formação nos CCDCs e nas Cada da Paz e Vila Paciência está incluída nesse convênio.

Articulação e diálogo de e entre várias secretarias de Estado e da prefeitura também. Este foi um esforço bem sucedido e de grandes proporções pois várias secretarias passaram a conhecer Vila Paciência e ainda permanece uma tentativa de atuação conjunta. Com o município estávamos tentando viabilizar o PSF Programa da Saúde da Família, chegou-se até numa visita dos agente do Estado e do município separar-se várias salas para o PSF, quando ocorreu a briga entre Prefeitura, governo do Estado e governo Federal de quem era o responsável pelo mosquito da dengue e o que já seria difícil, ou seja, o Estado ceder lugar na Casa da Paz para que o município instalasse o PSF tornou-se impossível.

Localização da planta do local, levantamento e verificação de suas fronteiras. Agora estão acabando de fazer o levantamento e o passo seguinte seria o levantamento topográfico.

O projeto urbanístico que chegamos a sonhar que poderia ser feito pelos alunos da UFRJ orientados por seus mestres até hoje não foi feito por ninguém.

Quanto aos outros objetivos: formação da mão-de-obra; funcionamento da cozinha; estudo de viabilidade econômica dos empreendimentos; formação dos grupos de produção; montagem

dos empreendimentos dependem de recursos. O Soltec já participou de 2 editais (um da FAPERJ e outro da Petrobrás) mas não foi contemplado.

Quanto à extensão, pesquisa e ensino, os trabalhos dos bolsistas foram para o Congresso da Extensão do ano passado sendo que um deles obteve o primeiro lugar. Avaliou-se que houve o crescimento e amadurecimento dos estudantes ao longo do projeto no cumprimento das suas atribuições, nas discussões sobre o trabalho e os passos seguintes, na interação com outras instituições e com a comunidade, e no gerenciamento de suas agendas para equilibrar seus cursos, o projeto e suas atividades pessoais. A relação entre ensino, pesquisa e extensão ficou mais clara, houve interação entre teoria e prática, e por diversas vezes houve troca com alunos da disciplina Gestão de Projetos Solidários que se interessavam pelo projeto. A relação entre alunos da engenharia que compõem majoritariamente o SOLTEC com alunos da medicina e de letras da UFRJ foi muito interessante. Além da troca com os profissionais do CEDAPS e de outras ONGs locais da área de pedagogia, sociologia e assistência social. Ainda no tema da extensão, o fato destes alunos da UFRJ estarem tendo contato com diversas esferas de governo e podendo acompanhar as relações entre a comunidade, o governo e a universidade também tem sido uma experiência única e enriquecedora.

Conclusões

O Soltec não queria colocar o projeto ou a idéia da construção das casas pelo Estado em pauta no Comitê, primeiro porque não tinha certeza se seria possível, segundo porque todo o processo estaria fora da sua governabilidade bem como do Comitê também e terceiro porque não queria gerar uma expectativa tão gigantesca sem ter nenhuma certeza. No entanto, a partir das articulações que começamos a fazer, onde fomos imediatamente recebidos pelo vice governador Pezão, há que se registrar, e onde pudemos informar ao Estado que toda a área de Vila Paciência e muito mais se localizava em um terreno do próprio Estado. Era urgente que o Estado tentasse localizar a planta da área para podermos conversar sobre um fato concreto favorável à proposta de construção das casas, já que não seria necessária nenhuma desapropriação. E ainda insistimos sobre a necessidade de se reparar uma dívida social de 40 décadas. Um tempo depois o Estado através de vários assessores de diferentes órgãos resolveu conhecer Vila Paciência. Era um período de conflito armado intenso. O Estado resolveu montar o seu esquema para entrar na comunidade e foi com diversos carros e várias pessoas. Nos encontramos no meio do caminho e lá fomos percorrer a área junto com alguns moradores, na sua grande maioria mulheres, que havíamos avisado e outros que alguém do Estado havia constatado. Bem, a partir desse fato ficou difícil não abrimos todo o projeto. A reunião do Comitê contou com mais de 300 pessoas. Nós falamos diversas vezes que não havia nenhuma certeza de que isso se concretizaria e se fosse acontecer poderiam ter a certeza de que demoraria muito, pois a máquina do Estado é muito lenta e eles ainda teriam que achar os recursos necessários etc. Reafirmamos o nosso compromisso com a geração de trabalho e renda e começamos a tentar encaminhar uma metodologia para isso. Falamos em realizarmos uma pesquisa na qual os moradores também seriam os pesquisadores, pois usaríamos a metodologia de pesquisa-ação. O Soltec faria uma capacitação, debateríamos todas as etapas para poder identificar os principais problemas, tirar prioridades e no que dizia respeito à geração de trabalho e renda levantar os saberes e vocações existentes na própria comunidade e as ações posteriores para resolver os problemas. Ficamos nisso quase dois meses e não conseguimos. Minha avaliação é que procuramos a solução mais complexa que era trazer o grupo de Vila Paciência para passar um fim de semana prolongado na UFRJ acampado, o que somado ao fato de não termos nenhum recurso, sequer para compra de pranchetas e material necessário para a pesquisa, inviabilizou o processo. Mas ainda não foi feita uma avaliação coletiva.

O cenário hoje é de desânimo e descrença por parte de algumas pessoas do Soltec e dos moradores da comunidade com relação a construção das casas e a geração de trabalho e renda. No entanto, a abertura da Casa da Paz também colocou uma esperança no fim do túnel.

A morosidade da máquina do estado, por um lado, os interesses ligados à lógica da auto sustentação e reprodução dos políticos que ocupam posições-chave no governo o que conforma um tipo de visão e raciocínio de políticas que tenham grande escala sem levar em conta a vontade e necessidades das populações, a agressão ao meio ambiente e muito menos critérios estéticos e de uso adequado do território. Por outro, a falta de interesse de grande parte da universidade onde a extensão ainda ocupa um lugar visto como de menor importância, trazem problemas difíceis de serem superados por um pequeno grupo da extensão sem nenhum recurso além das 2 bolsas PIBEX e o pagamento de seus pesquisadores e uma comunidade descrente, desorganizada e que não vê nenhuma possibilidade de fazer seus direitos serem respeitados.

Continuamos tentando um compromisso explícito do governo com a comunidade com relação ao projeto urbanístico e a construção das casas, e com a universidade (leia-se SOLTEC) no sentido de garantir a configuração acordada do projeto, isto é, casas usando o modelo da casa 1.0 da UFRJ por ser arejada, digna e bonita diferindo dos habituais caixotes que os governos constroem; geração de trabalho e renda e montagem das unidades de produção e serviço autogestionárias para criar dinamismo econômico interno à comunidade e possibilitar a reprodução da vida dos moradores de maneira autônoma.

A prática ao longo deste ano e meio aponta que mesmo com todas as dificuldades estamos construindo um método de desenvolvimento do tecido urbano auto-sustentável com base nos seguintes critérios: como: sistemas de produção, consumo, reciclagem/remanufatura e descarte auto-sustentáveis; construção da infra-estrutura urbana necessária à população e à perenidade e sustentabilidade do processo; promoção da capacitação profissional necessária, formando uma força produtiva local nos pressupostos da Economia Solidária através da formação das unidades simples de trabalho coletivo e solidário, aliada a uma formação cidadã ativa do próprio processo de transformação sócio-política, econômica e cultural; avaliação de sua possibilidade de ser reaplicada para contribuir com outras comunidades similares e transformar a realidade social destas populações; contribuição para o fortalecimento da construção da consciência crítica dos moradores e dos alunos que permita o fortalecimento das estratégias de emancipação social apoiadas numa plataforma de defesa e promoção de direitos universais e o fortalecimento do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BOCAYUVA, C., 2007. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora FASE.

FRIDMAN, L., 2000. *Vertigens Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.

SINGER, P., *Uma utopia militante*. Petropolis: Editora Vozes.

_____, *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.